



Confluências Culturais

Revista Interdisciplinar

v. 13, n. 1: Patrimônio Industrial: Trabalho, Memória e Ambiente – 2024 – ISSN 2316-395X

Trabalho fabril, movimento operário e patrimônio industrial em Florianópolis: roteiros e percursos

Factory work, labor movement and
industrial heritage in Florianópolis (SC,
Brazil): itineraries and routes

Trabajo fabril, movimiento obrero y
patrimonio industrial en Florianópolis
(SC, Brasil): itinerarios y rutas

Janice Gonçalves¹ 

Recebido em: 31 mar. 2024
Aceito para publicação em: 28 maio 2024

Resumo: Este artigo toma como referência fundamental ações de extensão universitária que envolveram, entre 2009 e 2023, a elaboração e o aperfeiçoamento de roteiros de caminhadas pelo centro de Florianópolis, alguns deles voltados especificamente para as relações entre trabalho fabril, movimento operário e patrimônio industrial. Considerados os pontos de percurso propostos nos roteiros (cuja elaboração envolveu a consulta a estudos sobre a cidade e sobre os processos históricos em questão), são discutidas diferentes formas de percebê-los e de se relacionar com eles, por meio de: estudos acadêmicos estrito senso; políticas públicas de preservação ou de ações que envolvem o reuso ao menos de parte dos elementos materiais associados a esses temas; ações de extensão ou, mais especificamente, de história pública.

¹ Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP), professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Salientam-se, ainda, os fluxos e refluxos de valorização de bens móveis e imóveis que, na área central da cidade, podem ser assimilados ao patrimônio industrial em Florianópolis, implicando, entre outros processos sociais, ocupação/esvaziamento de lugares e esquecimento/ativação de memórias. Entende-se que o caminhar atento e reiterado pela cidade, de forma a integrar conhecimentos históricos, vivências dos caminhantes e o compartilhamento de percepções do espaço citadino, é uma ferramenta poderosa para reconectar as pessoas à cidade (entendida como *locus* de exercício de cidadania) e, no caso das caminhadas discutidas no artigo, para dar visibilidade às questões que envolvem o patrimônio industrial.

Palavras-chave: fábricas; memória operária; patrimônio industrial; caminhadas; Florianópolis (SC).

Abstract: This article takes as a fundamental reference university extension actions that involved, between 2009 and 2023, the elaboration and improvement of walking itineraries through the center of Florianópolis, SC, Brazil, some of them focused on the relationships between factory work, labor movement, and industrial heritage. Considering the referential points of the itineraries (whose elaboration involved the consultation of studies on the city and on the historical processes in question), different ways of perceiving them and relating to them are discussed through: academic studies in the strict sense; public preservation policies, or, even, actions that involve the reuse of at least part of the material elements that are related to these themes; university extension actions or, more specifically, public history. It is also important to highlight the ebbs and flows of valorization of movable and immovable cultural goods that, in the central area of the city, can be assimilated to the industrial heritage in Florianópolis, implying, among other social processes, in the occupation/emptying of places and in the oblivion/activation of memories. It is understood that the attentive and reiterated walk through the city, in order to integrate historical knowledge, experiences of walkers and the sharing of perceptions of the city space, is a powerful tool to reconnect people to the city, understood as a locus of exercise of citizenship-and, in the case of the hikes discussed in the article, to give visibility to issues involving industrial heritage.

Keywords: factories; workers memory; industrial heritage; hikes; Florianópolis (SC, Brazil).

Resumen: Este artículo se basa en acciones de extensión universitaria que involucraron, entre 2009 y 2023, la elaboración y el mejoramiento de itinerarios para paseos por la región central de Florianópolis, SC, Brasil, algunos enfatizando las relaciones entre el trabajo fabril, el movimiento obrero y el patrimonio industrial. Desde los puntos referenciales de los itinerarios (cuya elaboración implicó consultar estudios sobre la ciudad y sobre los procesos históricos), se discuten diferentes formas de percibirlos y relacionarse con ellos mediante: estudios académicos en sentido estricto; políticas públicas de preservación o acciones que impliquen la reutilización de al menos parte de los elementos materiales que se relacionan con esos temas; acciones de extensión universitaria y de historia pública. También es importante destacar los flujos y reflujos de valorización de bienes culturales muebles e inmuebles que, en el área central de la ciudad, pueden ser asimilados al patrimonio industrial de Florianópolis, implicando, entre otros procesos sociales, ocupación/vaciamiento de lugares y olvido/activación de memorias. Se entiende que el acto atento y reiterado de caminar por la ciudad, con el fin de integrar los saberes históricos, las experiencias de los caminantes y el intercambio de percepciones del espacio urbano, es una herramienta poderosa para reconectar a las personas con la ciudad, entendida como *locus* de ejercicio de la

ciudadanía y, en el caso de los recorridos discutidos en el artículo, para dar visibilidad a cuestiones que involucran el patrimonio industrial.

Palabras clave: fábricas; memoria de los trabajadores; patrimonio industrial; paseos; Florianópolis (SC, Brasil).

INTRODUÇÃO

Como outras cidades brasileiras atravessadas por processos de urbanização modernizadora, Florianópolis, no sul do país, teve suas características profundamente modificadas no período republicano. Isso foi particularmente visível na área central, correspondente à antiga Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, onde a dominação portuguesa ergueu algumas das edificações-chave para a gestão e o controle do território e das gentes: a igreja matriz, a sede do governo da capitania e a casa de câmara e cadeia. Esses três edifícios compunham as pontas de um triângulo de poder, no entorno da atual Praça XV de Novembro, e sobreviveram, em suas materialidades, aos furores de mudança. Na transformação da paisagem, assim como dos modos de morar, trabalhar e conviver, a realização de aterros nas áreas próximas ao porto foi combinada à construção de pontes entre o continente e a Ilha de Santa Catarina. A primeira ponte (a Hercílio Luz) gerou a transferência, na década de 1920, do cemitério público, cuja presença em área elevada próxima à entrada da região portuária era questionada, por razões sanitárias, ao menos desde o final do século XIX (Castro, 2004, p. 20; Veiga, 2008, p. 250). Uma vez transferido o cemitério para o bairro do Itacorubi, aquele morro foi utilizado para fixar a cabeceira insular da ponte e dar seguimento ao tráfego de veículos que ela receberia. Uma segunda ponte, que ganhou o nome do governador Colombo Salles, seria construída na primeira metade da década de 1970, no contexto de declínio e desativação do porto (Mello Jr., 2009). A construção da terceira ponte (denominada Pedro Ivo Campos) ocorreria ao longo da década de 1980, e sua inauguração, em 1991. O fim do movimento cotidiano de embarcações de maior ou menor dimensão e a eliminação, com os aterros, do cais e dos trapiches não apenas modificaram o comércio local como privaram moradores da área central de interações mais diretas com o mar.

A sucessão voraz das transformações urbanas, notadamente a partir das décadas finais do século XX, impactou até mesmo atividades que tinham contribuído para modificar a paisagem herdada dos períodos colonial e imperial. Foi o caso das atividades de caráter industrial que, nas primeiras décadas republicanas, se concentraram nas proximidades do morro do antigo cemitério, ao longo da rua que fazia ligação com o porto (a atual Rua Hoepcke). Ali foram construídas a Fábrica de Rendas e Bordados, uma fábrica de gelo e a Fábrica de Pontas Rita Maria, assim como um pequeno conjunto de residências operárias e o estaleiro Arataca, todas iniciativas ligadas ao empresário Carl Hoepcke. Embora não tenham sido as fábricas anteriormente mencionadas as únicas instaladas em Florianópolis (Várzea, 1984, p. 32; Veiga, 2008, p. 248), provavelmente em decorrência de sua concentração espacial, do maior porte e da associação com a família Hoepcke acabaram por aparecer com mais frequência nas alusões a uma Florianópolis industrial, sendo alvos de estudos, ações de proteção e reúso.

Este artigo objetiva estimular a reflexão sobre iniciativas de problematização e visibilização do patrimônio industrial, quando realizadas na chave da extensão universitária, da educação patrimonial e, especificamente, da história pública. Para a discussão, tomam-se como base ações de extensão concebidas no diálogo entre história e patrimônio cultural e que, em momentos distintos, entre 2009 e 2023, promoveram

caminhadas pela cidade de Florianópolis, partilhadas com estudantes, professores e outros interessados².

Entendo que ações educativas articuladas ao patrimônio cultural não podem tomá-lo somente como um conjunto de bens e práticas, sendo necessário problematizá-lo na condição de campo para onde convergem diversos saberes disciplinares, além de diferentes interesses e *expertises* – um campo historicamente constituído e permanentemente atravessado por tensões, conflitos e embates, decorrentes também das interações com outros campos e com distintos grupos sociais. Néstor García Canclini (1994, p. 96-97) compreendeu o patrimônio cultural como capital cultural que, “como o outro capital”, envolve um processo social no qual “se acumula, se renova, produz rendimentos de que os diversos setores se apropriam de forma desigual”; por consequência, no entendimento do autor, o patrimônio cultural serve “como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens”. Tais considerações nos desafiam a pensar em alternativas a esse circuito de desigualdades e exclusões, o que, nas últimas décadas, tem se direcionado para a defesa de uma maior participação social nos processos de constituição e gestão do patrimônio cultural – perspectiva, aliás, já presente no texto aqui referido de García Canclini (1994, p. 100 e 106):

A sociedade não se desenvolve apenas por meio da reprodução incessante do capital cultural hegemônico, nem o lugar das classes populares se explica unicamente pela sua posição subordinada. Como espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está atravessado pela ação de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais.

[...]

A participação do público e dos usuários não substitui a problemática específica da valorização histórica e estética dos bens culturais, nem o papel do Estado ou dos historiadores, arqueólogos e antropólogos especializados na investigação e conservação do patrimônio, mas oferece outrossim uma referência – uma fonte de sentido – com a qual deveriam redefinir-se todas as tarefas para que se avance na democratização da cultura.

Trazido para o plano das ações educativas, esse cenário de desafios pode começar a ser enfrentado por meio do questionamento da construção da noção tanto de patrimônio cultural quanto de acervo patrimonial, sendo os sujeitos envolvidos no processo educativo convidados a rever, nas interações de ensino-aprendizagem, suas percepções a esse respeito. Como historiadora, continuo a sustentar aquilo que, em artigo anterior, salientei como “quatro proposições” para ações que busquem estabelecer elos entre educação, história e patrimônio, a saber:

Desnaturalizar o patrimônio cultural, refletindo sobre o campo que o produz.

[...]

Dessacralizar o acervo patrimonial, problematizando os processos sociais e históricos que o geraram.

² Ao longo dos anos, as caminhadas integraram diferentes projetos e programas de extensão. Iniciadas em 2009 com o projeto “No fio da memória: caminhadas de registro fotográfico”, foram posteriormente realizadas no âmbito do projeto “Caminhadas com a História”. Agrego que, na discussão proposta neste artigo, são mobilizados dados e reflexões gerados pelo projeto de pesquisa “Políticas de memória e patrimônio cultural nos municípios catarinenses (1970-2020)”, contemplado com recursos da Fapesc captados pelo Grupo de Pesquisa Linguagens e Representação, da Udesc, para os períodos de 2021-2023 e 2023-2025. Tanto as ações de extensão como o projeto de pesquisa têm sido desenvolvidos na Udesc sob a coordenação da autora do artigo.

[...]

Pôr sob suspeição uma perspectiva do processo educativo que oponha educadores e educandos como esclarecidos e não esclarecidos.

[...]

Valorizar as diversas instâncias que lidam com o patrimônio cultural como produtoras e disseminadoras de saberes e visões sobre ele e buscar compreender suas especificidades (Gonçalves, 2014, p. 91-93).

Não se trata de educar *com* o patrimônio ou de educar *para* o patrimônio: trata-se de encontrar uma interação possível entre essas duas disposições, que proporcione não somente a compreensão do campo do patrimônio cultural em seu jogo de forças – e do “discurso autorizado do patrimônio”, tal como cunhado por Laurajane Smith (2006) – mas, ainda, uma relação mais consequente, em termos de exercício de cidadania, com as questões referentes ao patrimônio cultural. Trata-se de perseguir condições de fala, escuta e ação marcadas pela horizontalidade em vez da verticalidade.

Ao abordar principalmente iniciativas no âmbito do IPHAN, a geógrafa Simone Scifoni ressaltou que a década de 2010, no Brasil, ampliou substancialmente a noção de educação patrimonial, a ponto de produzir uma “nova pedagogia do patrimônio”, capaz de superar o que nomeia “educação patrimonial tradicional”, a saber, a “mera divulgação do que foi eleito pelo Estado, reproduzindo discursos e a memória do poder, um espelho que é parcial, desigual e, portanto, distorcido da sociedade” (Scifoni, 2022, p. 3). Para a autora, os pilares dessa nova pedagogia (tendo como meta a descolonização da educação patrimonial) seriam três: autonomia, dialogicidade e participação social (Scifoni, 2022, p. 4-5). Essa tríade é plenamente compatível com as quatro proposições que indiquei, que ao mesmo tempo se afinam com as discussões acerca da história pública, em especial em seu impulso comum de pensar o conhecimento histórico além dos limites acadêmicos: forjar conhecimento histórico de maneira aberta e sensível à participação e à colaboração (ou construção efetivamente conjunta) de não especialistas, com a exploração renovadora de temas, linguagens, meios e formas (Liddington, 2011; Santhiago, 2016).

Neste artigo, o patrimônio industrial é abordado tendo em vista bens culturais patrimonializados ou passíveis de patrimonialização cuja existência está diretamente vinculada a processos sociais e econômicos que supõem: a produção de bens em série e em larga escala; a utilização de máquinas alimentadas por fontes de energia inanimada; a concentração e o controle de trabalhadores em unidades de produção como fábricas e usinas. Ou seja, o industrial é aqui apreendido em sua relação com o processo histórico de industrialização e modernização (Landes, 1994, p. 5-18), na dimensão da grande indústria. Não ignoro, contudo, a maior amplitude do patrimônio industrial, conforme afirmada na Carta de Nizhny Tagil, de 2003, e que inclui o interesse por vestígios materiais não diretamente relacionados à chamada Revolução Industrial, desde que possam ser incluídos entre

[...] edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (Ticcih, 2003).

Como ponderou a arquiteta e pesquisadora do patrimônio arquitetônico industrial Beatriz Kühl (2010, p. 26), o documento de 2003 leva em conta os diferentes ritmos de industrialização, de país para país, e a “dificuldade em estabelecer limites precisos entre

atividades artesanais e industriais”. Acrescente-se que, desde a Carta de Nizhny Tagil, a discussão sobre patrimônio industrial sofreu mudanças expressivas, passando “a abarcar as dimensões imateriais da industrialização, incorporando a história oral e registros de saberes e fazeres industriais” (Rufinoni, 2020, p. 235).

A abordagem adotada neste artigo quanto ao patrimônio industrial harmoniza-se aos elementos materiais que foram destacados na área central de Florianópolis, no processo de elaboração dos roteiros das caminhadas. Na seleção dos pontos a serem percorridos, antes de tudo se consideraram as ações de patrimonialização que construíram o patrimônio industrial, prioritariamente, como um conjunto de bens imóveis, mas houve abertura para incluir espaços formativos de trabalhadores e da sociabilidade operária.

A sequência do artigo foi organizada de modo que primeiramente se discorra sobre procedimentos implicados na construção de roteiros de caminhadas, de forma geral, e particularmente que tematizem as questões do mundo do trabalho e do patrimônio industrial em Florianópolis. Em seguida, são apresentados e analisados aspectos de experiências de caminhadas, seus limites e suas potencialidades.

CONCEBER UM ROTEIRO DE CAMINHADA

O início das experiências de caminhada aqui examinadas deu-se em 2009, nos quadros de atividades de extensão desenvolvidas no Laboratório de Patrimônio Cultural (Labpac), vinculado ao Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Udesc e localizado no *campus* Itacorubi, em Florianópolis³. Tiveram como proposta articular conhecimento histórico e patrimônio cultural no espaço público, aproveitando elementos materiais presentes na capital do estado, sobretudo na área central, mas não de forma exclusiva (os roteiros concebidos em 2009 abarcaram também os bairros Trindade, Santo Antônio de Lisboa e Estreito).

Esses elementos materiais – como antigas fortificações, residências térreas ou sobrados, áreas ajardinadas, monumentos, prédios comerciais, escadarias, galpões industriais e vias públicas, entre outros – são vislumbrados cotidianamente pelos transeuntes. Mas quais destes, mergulhados em suas urgências, interrogam a biografia de tais objetos urbanos?

Com as caminhadas, com duração entre duas e três horas, tencionou-se convidar os participantes a uma breve experiência coletiva, na expectativa de renovação dos olhares sobre a cidade, de reconexão e redescoberta (quando o aparentemente conhecido pode ganhar facetas insuspeitadas).

Tudo sempre começou, entretanto, com o roteiro, orientado por um problema. Em 2009, foram preparados nove roteiros de caminhadas, mas nenhum deles tomou como eixo o lugar do patrimônio industrial em Florianópolis. Apesar disso, a área fabril do bairro Rita Maria (especificamente as “construções remanescentes da empresa Hoepcke”) foi contemplada no primeiro roteiro elaborado; nele, porém, o problema girava em torno da expansão urbana a oeste da Praça XV de Novembro (Gonçalves; Leite, 2009)⁴. Somente entre 2018 (primeira versão) e 2019 (segunda

³ Criado em 2008, o laboratório teve sua denominação e suas siglas alteradas em 2023, tornando-se Laboratório de História Pública e Patrimônio Cultural (LABHPAC).

⁴ Na elaboração de roteiros de caminhadas foi possível, em vários momentos, contar com voluntários e bolsistas de extensão, todos graduandos em História da Udesc. Em 2009, houve a participação, na condição de bolsista, do então graduando Willian Tadeu Melcher Jankovski. À época, o projeto “No fio da memória: caminhadas de registro fotográfico” integrava o programa de extensão “Matéria e memória: artes do patrimônio cultural”.

versão, revista)⁵ ocorreu um esforço de elaboração de roteiro que tematizasse, de forma exclusiva e mais aprofundada, as relações entre trabalho fabril, movimento operário e patrimônio industrial. Alguns anos depois, parte desse roteiro foi integrado a outro, que abordava a presença negra na cidade (e que gerou uma terceira caminhada, em 2023)⁶.

Nos procedimentos adotados para a elaboração de cada roteiro, a definição do problema levava, em seguida, a esboçar o percurso, com a indicação de seus pontos referenciais. Elegeu-se como critério inicial a seleção de bens culturais já patrimonializados, em qualquer nível (federal, estadual ou municipal), que apresentassem elos significativos com o problema-eixo do roteiro. A intenção era não apenas vinculá-los ao problema, mas, na medida do possível, compreender os contextos e as justificativas de patrimonialização. Somavam-se a eles outros elementos do espaço citadino, considerados, preliminarmente, de interesse para a discussão proposta; pressupôs-se que, em um roteiro que objetivasse articular conhecimento histórico e patrimônio cultural e, assim, estimular atitudes investigativas, reflexivas e críticas, convinha selecionar, como pontos possíveis de percurso, tanto aquilo que pudesse ser posto em diálogo (por força de convergências) quanto o que viesse a explicitar tensões e conflitos. Essas definições preliminares, portanto, partiram das informações e das percepções prévias da equipe de elaboração de cada roteiro sobre os locais a serem percorridos. A etapa seguinte consistiu na pesquisa de caráter histórico, envolvendo o levantamento e a consulta de bibliografia de referência, mas podendo incluir materiais disponíveis em instituições custodiadoras de acervos existentes na cidade⁷.

Em linhas gerais, quais dados e reflexões a pesquisa permitiu reunir sobre as conexões entre trabalho fabril, movimento operário e patrimônio industrial na capital de Santa Catarina?

Em Florianópolis, a formalização de políticas públicas de preservação em nível municipal, com a criação de legislação e instâncias específicas para encaminhá-las, ocorreu na década de 1970: teve início com a Lei Municipal n.º 1.202, de abril de 1974, e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SPHAM, posteriormente SEPHAN). Note-se que, antes mesmo que o funcionamento desse órgão municipal se efetivasse, foi constituída e posta em atuação uma comissão técnica a ele articulada, a COTESPHAN. Como já referido, a década de 1970 foi período de intensas modificações na capital, notadamente na área central, e o plano diretor foi mecanismo importante para apoiar instrumentos e ações de preservação, que começaram a se efetivar, porém, apenas na década seguinte. No que tange aos planos diretores, o Plano Diretor dos Balneários previu, em 1985, a criação de Áreas de Preservação Cultural (APCs), mas excluiu o Distrito-Sede; a revisão do Plano Diretor do Distrito-Sede ocorreria na segunda metade da década de 1990. Apesar disso, as primeiras medidas formais de proteção municipal na área central ocorreram em 1986, por meio de tombamento, mas

⁵ A elaboração do roteiro “Trabalho fabril, movimento operário e patrimônio industrial em Florianópolis” ficou a cargo dos bolsistas de extensão Marina Fernandes Gonsalves e João Victor Jung Doneda, com supervisão e revisão da coordenadora da ação. O projeto “Caminhadas com a História” integrava o programa de extensão “Rede Specula: patrimônio cultural em Santa Catarina”.

⁶ Roteiro “Caminhadas com a História – pensar a presença negra e seus territórios em Florianópolis”, vinculado à ação de extensão “Rede Specula: patrimônio cultural em Santa Catarina” e elaborado por sua coordenadora, com base em roteiros anteriores (Gonçalves, 2023).

⁷ Note-se que, nos roteiros elaborados em 2009, a pesquisa se ateu à bibliografia de referência, mas a ampliação dos acervos disponíveis em meio digital, alguns deles online, facilitou o acesso posterior a diversos materiais, como relatórios governamentais, periódicos e documentos iconográficos.

lançando mão da noção de Área de Preservação Cultural: com o Decreto Municipal n.º 270, foram protegidos dez conjuntos urbanos e centenas de edificações (Adams, 2002, p. 47-48, 64-68 e 168). Segundo a arquiteta Betina Adams, que durante muitos anos integrou o corpo técnico da administração municipal e se dedicou à preservação do patrimônio cultural, “o tombamento desses conjuntos causou grande impacto junto à população”, tanto mais porque

[...] a cidade estava sendo objeto de um processo demolitório avassalador causado pela substituição do tecido construído, provocado pela expansão do setor imobiliário. Além da perda dos referenciais históricos e arquitetônicos propriamente ditos, estava se destruindo a configuração urbana como ambiência integrada, formal e funcionalmente, bem como sua silhueta histórica e *skyline* (Adams, 2002, p. 69).

Entre esses dez conjuntos protegidos na segunda metade da década de 1980 estava o Rita Maria, descrito por Alcídio Mafra de Souza (1992, p. 32) como “o local que representa a antiga zona portuária e o primeiro ciclo industrial da ilha e responsável, em boa parte, por seu arranque econômico”. Não obstante a presença do Forte de Santana (construído no século XVIII e tombado em nível federal), as edificações destacadas na área ressaltam os remanescentes de processos de modernização e industrialização construídos entre as décadas de 1890 e 1920, inclusive a Ponte Hercílio Luz (tombada em âmbitos federal, estadual e municipal).

Preocupações com o destino desses imóveis fabris antecederam a patrimonialização em nível municipal, as quais são perceptíveis, por exemplo, no início da década de 1980, quando houve trabalho conduzido pelas historiadoras Maria de Fátima Fontes Piazza, Maria Theresinha Sobierajski Barreto e Sara Regina Silveira de Souza dedicado à fábrica de pregos (ou “pontas”) do complexo Hoepcke. No estudo, foi também delineada a intenção de promover amplo cadastro de acervos industriais no estado, que poderiam vir a ser reunidos em um “Museu de Ciência e Tecnologia” (Piazza; Barreto; Souza, [1981], p. 15). A própria pesquisa foi impulsionada por uma intenção, se não de preservação, de registro “para a História” de algo percebido como em vias de desaparecimento, na capital:

A Fábrica de Pontas “Rita Maria”, na época do início dos trabalhos de pesquisa, estava em progressivo processo de desativação. A própria Firma dispunha de poucas informações e praticamente nenhuma documentação escrita sobre a Fábrica. Corria-se o risco de, com o seu fechamento e destruição das instalações, perder-se toda e qualquer possibilidade de registrar, para a História, as tentativas de industrialização em Florianópolis. Foram estas condições que tornaram obrigatório e inadiável o início deste estudo (Piazza; Barreto; Souza, [1981], p. 23).

A maior parte do maquinário existente em 1980, já bastante reduzido em relação a períodos anteriores, teria sido vendida “ao ferro velho”, excetuadas seis máquinas doadas à Universidade Federal de Santa Catarina e que ficariam, em princípio, sob a responsabilidade do Museu Universitário (Piazza; Barreto; Souza, [1981], p. 42, 49, 62-63).

Em publicação de 1992, Alcídio Mafra de Souza acentuou a relação entre a desativação das fábricas e a dinâmica de usos, desusos e reusos das edificações daquela área:

[...] a implantação, em fins do século XIX, da fábrica de pregos (1896) veio dar fisionomia nova à economia de Florianópolis, reforçada posteriormente pela instalação do Estaleiro Arataca em 1907 e da Fábrica de Rendas e Bordados em 1917. Desativadas as fábricas, suas instalações foram sendo gradativamente descaracterizadas, seja pelo abandono, seja por novas funções assumidas, sem a observância de critérios preservacionistas, mas não chegando, felizmente, a afetar a volumetria original (Souza, 1992, p. 32)⁸.

Os anos 1980, portanto, foram marcados por estudos e ações de proteção que atribuíram valor histórico e dimensão patrimonial às edificações de caráter fabril ao longo da Rua Hoepcke. Foi posta em destaque a iniciativa empresarial, compreendida como modernizadora, geradora de desenvolvimento e progresso. A figura-chave, nessa leitura, foi a do imigrante e empresário Carl Hoepcke. Veja-se, nesse sentido, que o livro sobre a Fábrica de Pontas Rita Maria, anteriormente mencionado, é dedicado a Carl Hoepcke, “pioneiro da Indústria Catarinense e fundador da Fábrica de Pontas ‘Rita Maria’”; mesmo o título do terceiro capítulo (“Carl Hoepcke: o impulsionador da indústria na Ilha de Santa Catarina”) é indicativo da imbricação entre o valor atribuído à trajetória desse indivíduo e o valor patrimonial daquele espaço fabril (Piazza; Barreto; Souza, [1981]).

Se o antigo complexo fabril Hoepcke se impunha como referência incontornável para o roteiro da caminhada, fazia-se igualmente necessário interrogar, de um lado, a figura de Carl Hoepcke e possíveis representações divergentes a seu respeito, e, de outro, a agência dos trabalhadores das fábricas. Simultaneamente, houve a intenção de ligar os diversos pontos em uma sequência que delineasse aspectos variados do problema, sem esquecer a necessidade de garantir pausas a intervalos razoáveis, para evitar que a caminhada se tornasse maçante ou cansativa.

No roteiro elaborado entre 2018 e 2019 (Gonçalves; Gonsalves; Doneda, 2019), o percurso abarcou nove pontos.

O primeiro deles, na Praça Getúlio Vargas (distante cerca de 1,5 km do complexo fabril Hoepcke, onde a caminhada seria encerrada), foi o Monumento a Carl Hoepcke, um busto esculpido em bronze, pouco tempo depois da morte do empresário (que ocorreu em 1924). A placa instalada em seu pedestal indica: “O povo de Sta. Catharina a Carl Hoepcke – 1925”. Entendeu-se que, sobre o monumento, poderiam ser mobilizadas informações biográficas, assim como criada oportunidade para refletir sobre mudanças nas percepções e sensibilidades acerca do papel do empresário, na história da cidade. O monumento, a esse respeito, era significativo, por unir, em sua materialidade, celebração e rejeição, homenagem e protesto: durante a Segunda Guerra Mundial, no acirramento de tensões que envolveram perseguições e manifestações de xenofobia contra descendentes de alemães no Brasil (e, notadamente, em Santa Catarina), o busto de Hoepcke foi danificado⁹.

⁸ A Fábrica de Rendas e Bordados foi transferida para o continente na década de 1970 (Peluso Jr., 1984, p. 233). Os prédios que compunham a fábrica, no bairro Rita Maria, perderam sua função fabril e receberam novo uso apenas recentemente, como indicado adiante no artigo.

⁹ Comparando-se o monumento atual a um registro fotográfico contido em publicação da década de 1930 (Santa Catarina, 1939, p. 67), verifica-se o desaparecimento de ornamentos que antes estavam no pedestal, o que pode ser uma das marcas dos danos sofridos em agosto de 1942 (Mattos, 1948, p. 122).

O sexto ponto do roteiro – o Centro Comercial Aderbal Ramos da Silva (ARS), localizado na rua Felipe Schmidt e mais próximo das antigas fábricas Hoepcke – foi selecionado, em parte, para pôr em causa as transformações urbanas da década de 1970 (momento de construção e inauguração do ARS), além de destacar as relações entre a família Hoepcke e o empresário e político Aderbal Ramos da Silva (que se casou com Ruth Hoepcke¹⁰ em 1936). As tensões da Segunda Guerra Mundial criaram problemas também para os negócios de imigrantes e descendentes de alemães, com suas empresas sendo incluídas em “lista negra” ou sofrendo intervenção federal (uma delas efetuada na Companhia de Navegação Carl Hoepcke, que veio a ser liquidada). Nesse contexto adverso, Aderbal Ramos da Silva cumpriu papel decisivo para garantir o controle dos negócios dos Hoepcke pela própria família (Falcão, 2000, p. 176, 178; Souza, 2017, p. 1).

Entre o primeiro e o sexto ponto do roteiro, foram destacadas edificações cujas histórias pudessem colocar em evidência, com base na pesquisa efetuada, iniciativas dirigidas a trabalhadores e, sobretudo, suas próprias formas de organização, mobilização e manifestação. Foram selecionadas: (2) a antiga sede da Escola de Aprendizes Artífices (posterior Liceu Industrial de Santa Catarina), criada em Florianópolis em 1910; (3) o Teatro Álvaro de Carvalho, destacado por ter sediado, em 1928, a celebração do 1.º de maio promovida pela União Operária (Collaço, 2010, p. 85-86); (4) o Teatro da Ubro ou simplesmente Teatro da União Operária, construído entre 1928 e 1931 para ser a sede social da entidade; (5) o Edifício Liga Operária, sede da Liga Operária Beneficente, fundada em 1891 (Collaço, 2010, p. 38). A patrimonialização de alguns desses bens também influenciou sua seleção: a antiga sede da Escola de Aprendizes Artífices foi protegida por tombamento estadual e municipal; o Teatro Álvaro de Carvalho, por tombamento estadual, e o Teatro da Ubro, por tombamento municipal.

As edificações da Fábrica de Rendas e Bordados (7), da Fábrica de Pontas Rita Maria e da Fábrica de Gelo Hoepcke (8), bem como elementos restantes do Estaleiro Arataca (9), sem deixar de levar em conta as antigas casas operárias, que mantinham seu perfil residencial, permitiriam, em princípio, entrecruzar aspectos da atuação empresarial no ramo industrial com a presença operária na cidade.

Os roteiros elaborados foram sempre compostos por três partes: um mapa, localizando os pontos do percurso; breves textos sobre cada um dos pontos; referências consultadas. O material foi enviado, por *e-mail*, a todos aqueles que se inscreveram previamente nas caminhadas, de modo que pudessem realizar a leitura com antecedência e “preparar o olhar”. Procurou-se, com isso, afastar a expectativa de uma caminhada guiada em que os caminhantes se concentrassem nas falas dos proponentes da atividade, em vez de privilegiar a observação da cidade e a interação com os demais participantes. No processo da pesquisa, houve ainda a preparação de material de apoio, com reprodução de imagens fotográficas dos pontos visitados, em diferentes momentos históricos, assim como seleção de depoimentos, relatos, crônicas ou outros tipos de fontes que se referissem a eles, para leitura em voz alta, no transcorrer da caminhada.

¹⁰ Ruth Hoepcke (que agregou “da Silva” ao nome, com seu casamento) foi neta de Carl Hoepcke. Filha única do casal Carl Hoepcke Júnior e Anna von Wangenheim, nasceu em Berlim, em 1913, tendo falecido em Florianópolis em 2007 (Voigt, 2022, p. 88-89).

CAMINHAR NA CIDADE

Os roteiros são uma previsão: proposta de ação só concretizada com a realização das caminhadas. Exigem, como visto, uma etapa de pesquisa que é comum às atividades acadêmicas, contudo a forma “aplicada” que o roteiro deve assumir recomenda uma caminhada prévia, à maneira de teste, que responda a algumas perguntas básicas para o sucesso da atividade: afinal, não será o percurso muito longo? Há ladeiras, trechos íngremes, passagens difíceis de transpor? Obras de reforma e seus respectivos tapumes (ou, em casos-limite, uma eventual demolição) poderão interferir negativamente na caminhada? O trânsito entre os locais estará livre na data agendada para a caminhada ou haverá algum evento que impedirá partes do trajeto (uma manifestação política, uma procissão, uma maratona etc.)?

A caminhada-teste permite ajustes no roteiro, no entanto não impede surpresas: os imprevistos podem ocorrer nos contatos com os participantes e com personagens, afazeres e pulsações da cidade. A pesquisa realizada, mesmo apoiada em documentos e bibliografia de referência, poderá não dar conta dos ritmos e urgências citadinos, fazendo com que as tramas narrativas dos roteiros eventualmente deparem, nas caminhadas, com situações de *plot twist*. As caminhadas atestam o caráter aberto dos roteiros: propostas que podem ser desmontadas, rearranjadas e adaptadas conforme as ocorrências inesperadas oferecidas pela cidade e seus habitantes, as demandas dos participantes e até mesmo as condições meteorológicas. Afinal, a chuva repentina poderá oferecer a oportunidade de explorar uma galeria comercial, um museu, uma igreja etc. Um carro de som que passa, uma banda que desfila, artistas de rua em *performance* podem vir a compor o roteiro e, não raro, estabelecer com ele conexões insuspeitadas. As caminhadas cobram criatividade, além de olhos e ouvidos bem abertos e atentos. Realizar um percurso-teste permite, assim, tornar o roteiro uma base mais segura para a atividade a ser realizada, mas, como *performance*, a caminhada terá sempre o imprevisto em seu horizonte de possibilidades.

As caminhadas são oportunidades para desaprender o que já está conformado, estranhar o que já é conhecido; contudo, para isso, é preciso mudar atitudes, desacelerar o passo, fazer pausas. Na caminhada realizada em dezembro de 2018, a participação engajada em perscrutar a cidade levou a um ponto de interesse ausente do roteiro, localizado na Rua Felipe Schmidt, não muito distante do complexo fabril Hoepcke (para onde, então, rumavam os caminhantes): o Palácio da Indústria. O prédio, inaugurado em 1963, foi sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e apresenta, na entrada, um colorido mural de mosaico, composto pelo artista plástico Martinho de Haro¹¹. Nele, guindastes, fábricas, chaminés e silhuetas de trabalhadores representam as atividades industriais no estado (figura 1). Por meio do painel, puderam ser estabelecidas e discutidas relações entre o mundo do trabalho e as representações artísticas, bem como entre as atividades industriais e as formas de organização do empresariado, ampliando e enriquecendo as discussões inicialmente previstas no roteiro.

¹¹ Martinho de Haro (*1907-†1985) nasceu e cresceu na cidade catarinense de São Joaquim e faleceu em Florianópolis, onde passou a residir a partir de 1942. Entre 1927 e 1937, aperfeiçoou sua formação na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, tendo recebido vários prêmios, entre eles o que lhe concedeu, em 1937, uma temporada de estudos em Paris (Corrêa Neto, 2007, p. 7-9).

Figura 1 – Painel na entrada do edifício Palácio da Indústria, Florianópolis, dez. 2018



Fonte: Arquivo pessoal (registro fotográfico de autoria de Janice Gonçalves)

Na mesma caminhada de dezembro de 2018, realizada na manhã de um sábado, os participantes não se contentaram em passar em frente ao prédio da Liga Operária: apesar de a sede social estar fechada, foi possível subir a escada que dava acesso ao piso superior e ver, para além da porta de vidro encimada pela placa de identificação da liga (figura 2), o salão ocupado por mesas. Há décadas, a sede da liga abrigou uma bastante consultada biblioteca (Machado, 2001, p. 136). Nesse rápido contato, surgiu, no grupo de caminhantes, o compartilhamento da lembrança de um vínculo pessoal com o lugar: uma das participantes informou ter comemorado seu aniversário, na adolescência, naquele salão, então alugado para festas.

Figura 2 – Placa de identificação da Liga Operária Beneficente de Florianópolis (LOBF), na entrada da sede social, Florianópolis, dez. 2018



Fonte: Arquivo pessoal (registro fotográfico de autoria de Janice Gonçalves)

As caminhadas são experiências para os sentidos: as palavras escritas, alinhavadas nos roteiros, vão se somar a imagens, sons e cheiros da cidade, a fragmentos de histórias ouvidas dos passantes, às observações dos caminhantes.

O contato com a materialidade das edificações agrega componentes significativos às informações sistematizadas nos roteiros. Formatos de portas e janelas, materiais construtivos utilizados, ornamentos, placas, estado de conservação das edificações: são elementos que sublinham datas, complementam dados sobre estilos, abrem brechas para imaginar práticas e frequentadores. É inevitável interrogar: quantos pés terão sido responsáveis, ao longo dos anos, pelo desgaste no piso de granilite, ao ingressarem na sede social da Liga Operária (figura 3)?

Figura 3 – No piso, iniciais da Liga Operária Beneficente de Florianópolis (LOBF), na entrada do edifício Liga Operária, Florianópolis, dez. 2018



Fonte: Arquivo pessoal (registro fotográfico de autoria de Janice Gonçalves)

Nenhuma caminhada é igual, ainda que o roteiro se repita: nem os participantes nem a cidade são os mesmos. Sinais de longas persistências podem ser sucedidos por alterações em maior ou menor escala. Na figura 4, um intervalo de 9 anos separa os dois registros fotográficos da fachada principal da Fábrica de Rendas e Bordados. Na área externa do prédio, as permanências chamam mais atenção do que as mudanças (entre essas últimas, a maior degradação da pintura das paredes e, na base delas, as intervenções com pichações e grafites). Um grandioso empreendimento imobiliário, porém, entrevisto ao fundo do prédio na imagem de 2018, anunciava novidades.

Figuras 4 e 5 – Fachada da antiga Fábrica de Rendas e Bordados, Rua Hoepcke, mar. 2009 e dez. 2018



2009



2018

Fonte: Arquivo pessoal (registro fotográfico de autoria de Janice Gonçalves)

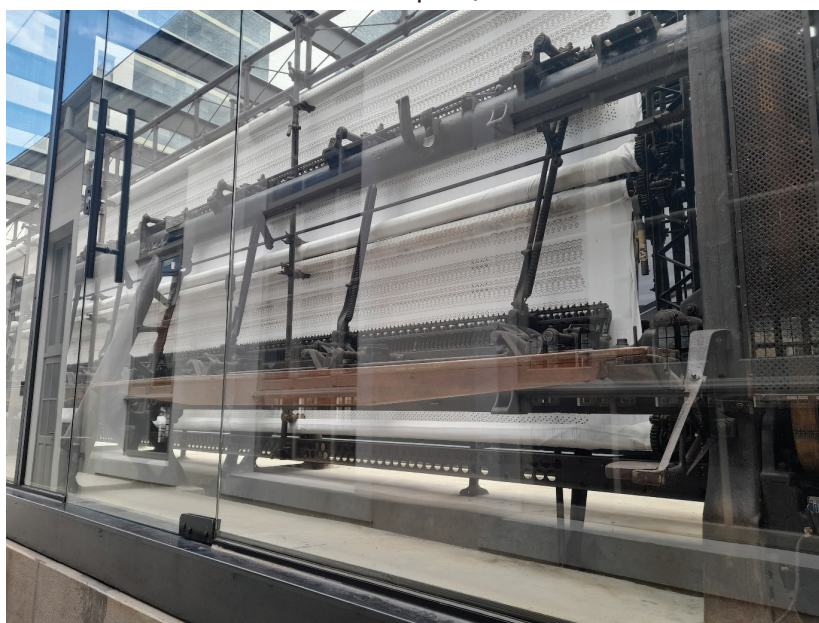
Curto (quatro meses) foi o intervalo entre a caminhada de 2018 e a de 2019, no entanto as transformações foram substanciais. Em abril de 2019, a fachada principal dos prédios da Fábrica de Rendas e Bordados não era mais visível, pois se encontrava cercada por tapumes em razão de obras de revitalização que dariam origem a um *street mall*. O empreendimento imobiliário preparara um *show room* para apresentar (e vender) suas unidades residenciais; na mídia digital, o centro comercial em construção era visto como seu complemento, só que aberto ao público (Damião, 2019).

A abertura do centro comercial ocorreu em novembro de 2022 e a cobertura midiática enfatizou os estudos que levaram ao projeto:

Foram quase 10 anos trabalhando no projeto, revela a arquiteta Lilian Mendonça, especialista em patrimônio cultural. Durante esse período, juntamente com seu sócio, o arquiteto suíço Peter Widmer, foram feitos estudos minuciosos que serviram de base para o estabelecimento dos critérios de preservação cultural da fábrica. “Não se trata de saudosismo, nem de congelar o passado ou o nosso tempo. O caminho que seguimos foi o de receber um acervo cultural edificado e propor a conversão do seu espaço para abrigar novos usos, de acordo com as demandas dos dias atuais. A herança cultural é dinâmica. É possível que as gerações futuras façam também uma nova interpretação”, diz (Antiga [...], 2022).

A mesma matéria informava sobre um inventário de “todos os equipamentos e mobiliário que ainda se encontravam dentro da fábrica, como, por exemplo, uma grande máquina bordadeira e uma máquina *punch* (perfuradora)”; a bordadeira e a perfuradora ficariam expostas em “redomas de vidro”, nos espaços do centro comercial, conferindo a ele “uma atmosfera fabril”. A impressionante máquina de bordar, com 12 metros de comprimento, atualmente se encontra exibida em vitrina de área de circulação a céu aberto, no centro comercial (figura 6); à frente dela, uma placa fornece informações básicas sobre suas características físicas, sua origem e seu funcionamento.

Figura 6 – Máquina de bordar centenária (marca Vogtländ, fabricada em Plauen, Alemanha), em vitrina instalada no *street mall* da Rua Hoepcke, mar. 2024



Fonte: Arquivo pessoal (registro fotográfico de autoria de Janice Gonçalves)

Alguns registros fotográficos da Fábrica de Rendas e Bordados, feitos em 2009, 2018 e 2024 (o mais recente, no bojo de revisão do roteiro sobre a área fabril e o mundo do trabalho), mesmo não sendo realizados com um mesmo posicionamento e enquadramento, assinalam modificações na materialidade e nos usos de seus prédios, assim como em seu entorno imediato.

Figuras 7, 8 e 9 – Trecho da fachada principal da antiga Fábrica de Rendas e Bordados (passagem entre dois prédios), Rua Hoepcke, mar. 2009, dez. 2018 e mar. 2024



Fonte: Arquivo pessoal (registro fotográfico de autoria de Janice Gonçalves)

Algo similar ocorreu com os galpões remanescentes das fábricas construídas nas proximidades do Estaleiro Arataka: foram adaptados para receber um centro gastronômico, concebido de forma a se integrar ao Centro Executivo Carl Hoepcke (concluído, por sua vez, em 2020) (Incorporadora [...], 2021).

Tais mudanças, vale dizer, ocorreram em paralelo com a reabertura da Ponte Hercílio Luz para tráfego de veículos e de pedestres, no final de 2019, bem como pela ativação de atrações turísticas e gastronômicas em seus arredores.

Toda a área do antigo complexo fabril Hoepcke, portanto, passou por remodelações relativamente recentes, com opção pelo reuso comercial das edificações patrimonializadas. Reforçando representações difundidas anteriormente, esses empreendimentos, por meio de seus setores de comunicação, disseminam a imagem de Carl Hoepcke como imigrante alemão pioneiro, um visionário comprometido com a modernidade, o desenvolvimento tecnológico e o progresso. Daí são derivadas considerações sobre a contribuição da presença alemã para a história de Florianópolis e de Santa Catarina, como se vê no comentário de CEO da construtora responsável pelo empreendimento imobiliário nas proximidades da Fábrica de Rendas e Bordados, conforme assinalado em reportagem (Schoeller, 2022): “‘Damos oportunidade de reviver o passado da colonização alemã com a inovação que temos hoje em dia’, conta”. As histórias e memórias operárias, assim, não estão em questão, apesar dos diversos trabalhos que nas últimas duas décadas têm dado protagonismo aos trabalhadores fabris de Florianópolis, notadamente às mulheres (Froehner, 2007; Leuchtenberger, 2009; Leuchtenberger, 2012; Souza, 2016; Souza, 2017; Lira, 2018; Matos; Müller, 2022). A pesquisa realizada por Felipe Matos e Letícia Morgana Müller, que envolveu entrevistas com onze ex-operárias da Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke, desdobrou-se em livro, videodocumentário e registros audiovisuais completos

das entrevistas, afirmando-se como relevante trabalho de história pública; os materiais estão disponíveis para consulta em um centro de documentação público (a Casa da Memória, em Florianópolis) e em plataformas digitais, permitindo alcançar e sensibilizar um número maior de pessoas e, talvez, superar a memória patronal das experiências fabris na capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por terem roteiros prévios, as caminhadas aqui examinadas, que entre 2009 e 2023, no âmbito de ações de extensão universitária desenvolvidas em Florianópolis, articularam conhecimento histórico e patrimônio cultural, parecem se afastar da noção de deriva, em suas inspirações surrealistas e situacionistas, uma vez que essas estariam ao sabor do acaso. Como indicado, porém, tais caminhadas não se fecharam completamente ao acaso, tendo sido possível, na *performance* do caminhar, redesenhar roteiros, incorporar desvios e agregar as surpresas do percurso. O arquiteto e urbanista Francesco Careri propôs ampliar a noção de deriva, de modo a compreendê-la como “arte do encontro”:

A deriva já não é uma peregrinação solitária ou coletiva em busca de territórios inexplorados, mas também é um dispositivo de interação para habitar territórios já habitados, ser hóspede e receber hospitalidade. [...] A arte de ir ao encontro de alguém produz conhecimento recíproco entre as pessoas que se movem em nosso novo mundo e nos ajuda a imaginar, com elas, uma outra maneira de habitá-lo (Careri, 2017, p. 33-34).

Nas ações de extensão examinadas no artigo, a participação nas caminhadas foi livre, e quem as iniciou não teve obrigação de seguir até o final. Delas participaram pessoas que já se conheciam ou que estabeleceram um primeiro contato durante a atividade e, pontualmente, pessoas que interagiram com os caminhantes, nas paradas ou nos deslocamentos do grupo entre um ponto e outro. As caminhadas promoveram, a seu modo, variados encontros – com pessoas, com bens e práticas culturais, com memórias, histórias e disputas. Graus variados de autonomia e dialogicidade estiveram presentes naqueles momentos.

Teria havido sucesso em alcançar a tão almejada participação social nessas atividades simultaneamente de educação patrimonial e história pública? Os participantes das caminhadas foram mais que mero “público”, mas, conforme uma perspectiva renovada de educação patrimonial, certamente ficaram aquém da participação que seria desejável. Como ressaltou Simone Scifoni (2022, p. 11), a “nova pedagogia do patrimônio busca fomentar que, de maneira autônoma, os próprios grupos sociais realizem processos de reconhecimento de seus suportes de memória e identidade”. Um passo além, nessas experiências, envolveria estimular a produção autônoma de roteiros por quem, posteriormente, viesse a pô-los em ação, superando a divisão entre concepção e execução.

Por outro lado, roteiros e caminhadas como os apresentados neste artigo podem cumprir papéis relevantes diante de silenciamentos persistentes. As narrativas históricas que continuam a ser afirmadas amplamente em relação a Florianópolis, no que tange ao trabalho fabril, ao movimento operário e ao patrimônio industrial, repisam, na figura de Carl Hoepcke, representações estereotipadas sobre o imigrante (trabalhador, empreendedor, modernizador, civilizador). Os recentes empreendimentos imobiliários e comerciais concentrados no complexo industrial Hoepcke operam na lógica da gentrificação, não apenas no que se refere aos seus usuários-alvo, mas à leitura da

história e do patrimônio cultural que promovem. Os bens patrimonializados são, assim, esvaziados de seus valores cognitivos e afetivos, importando mais pela distinção que podem emprestar aos empreendimentos, ou pela ambiência que compõem; talvez contribuam, pelo caráter singular, para estimular o consumo e vencer a concorrência. A história torna-se peça de uma estratégia de *marketing*.

Uma história que vá além disso, abarcando sujeitos que são inseparáveis da trajetória desses bens patrimonializados, como os trabalhadores das fábricas, ainda se movimenta com dificuldade para além das universidades. São desejáveis, portanto, as ações que difundam estudos acadêmicos a respeito do patrimônio industrial e dos mundos do trabalho na capital catarinense. Nesse sentido, como espero ter indicado, a realização de caminhadas baseadas em roteiros temáticos lastreados em pesquisa acurada é uma atividade, entre outras, com potencial de ruptura em relação a discursos banalizadores e excludentes. Pode também encurtar distâncias entre a produção acadêmica e o público não especializado, uma vez que os roteiros mobilizam essa produção de forma sintética e perante situações concretas, delineadas pelas caminhadas, pois caminhar pela cidade, tal como aqui proposto e comentado, significa pôr de lado a atenção dispersa e o olhar distraído, suspender o hábito dos percursos cotidianos desengajados para reativar memórias, descobrir/redescobrir historicidades e reencontrar a cidade.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Betina. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história – patrimônio de Florianópolis**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

ANTIGA fábrica de bordados e rendas abre ao público como complexo gastronômico e de entretenimento. **Floripa Amanhã**, 8 nov. 2022. Disponível em: <https://floripamanha.org/2022/11/antiga-fabrica-de-bordados-e-rendas-abre-ao-publico-como-complexo-gastronomico-e-de-entretenimento/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CARERI, Francesco. **Caminhar e parar**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz um cemitério: a transferência do cemitério público de Florianópolis (1923-26)**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

COLLAÇO, Vera Regina Martins. **O teatro da União Operária: um palco em sintonia com a modernização brasileira**. Florianópolis: Ed. da Udesc, 2010.

CORRÊA NETO, Ylmar. Martinho de Haro, 1907-1985. In: CORRÊA NETO, Ylmar; PRADE, Pércles. **A Florianópolis de Martinho de Haro**. Florianópolis: Tempo Editorial, 2007. p. 7-9.

DAMIÃO, Carlos. Depois de restaurada, antiga fábrica da Hoepcke na Felipe Schmidt será um centro comercial. **Blog de Carlos Damiano**, 31 ago. 2019. Disponível em: <https://carlosdamiao.wordpress.com/2019/08/31/depois-de-restaurada-antiga-fabrica-da-hoepcke-na-felipe-schmidt-sera-um-centro-comercial/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. Itajaí: Ed. da Univali, 2000.

FROEHNER, Noeli Rogoginski. **As moças da fábrica: trabalho industrial infanto-juvenil feminino – legislação e cotidiano (Florianópolis 1930 a 1955)**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-115, 1994.

GONÇALVES, Janice. **Caminhadas com a História – pensar a presença negra e seus territórios em Florianópolis**. [Laboratório de Patrimônio Cultural, Faed, Udesc]. Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://redespecula.pro.br/roteiros/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. **Mouseion**, Canoas (RS), n. 19, p. 83-97, dez. 2014.

GONÇALVES, Janice; GONSALVES, Marina Fernandes; DONEDA, João Victor Jung. **Caminhadas com a História – trabalho fabril, movimento operário e patrimônio industrial em Florianópolis**. [Laboratório de Patrimônio Cultural, Faed, Udesc]. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://redespecula.pro.br/roteiros/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

GONÇALVES, Janice; LEITE, Willian T. M. J. **Comentários sobre a caminhada n. 1**. [Projeto de extensão “No fio da memória: caminhadas de registro fotográfico”, Laboratório de Patrimônio Cultural, Faed, Udesc]. Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://redespecula.pro.br/roteiros/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

INCORPORADORA restaura armazéns centenários e cria novo complexo de gastronomia e lazer em Florianópolis. **Revista Área**, Florianópolis, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://revistaarea.com.br/ritamaria/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. **Arq.urb**, São Paulo, n. 3, p. 23-30, 2010.

LANDES, David S. **Prometeu desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. A organização e a atividade das associações voluntárias de socorro mútuo de trabalhadores de Florianópolis – SC (1886-1932). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 57-84, jan./jun. 2012.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. **“O lábaro protetor da classe operária”**: as associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores em Florianópolis, Santa Catarina (1886-1932). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? *In*: ALMEIDA, Juniele R. de; ROVAI, Marta G. de O. (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

LIRA, Regina Wagner Cizerio. **O cotidiano de trabalho**: operárias da Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke entre os anos de 1913 e 1924. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MACHADO, Alzemi. Liga Operária Beneficente de Florianópolis: nascimento e morte de uma biblioteca popular. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 129-145, 2001.

MATOS, Felipe; MÜLLER, Letícia Morgana (org.). **Memórias operárias**: lembranças de mulheres trabalhadoras da Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke (1946-1972). Florianópolis: Ed. dos Autores, 2022. [Livro eletrônico]. Disponível em: https://www.academia.edu/96424356/Memórias_operárias_lembranças_de_mulheres_trabalhadoras_da_Fábrica_de_Rendas_e_Bordados_Hoepcke_1946_1972_. Acesso em: 10 mar. 2024.

MATTOS, João Baptista de. **Os monumentos nacionais – Sta. Catarina**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1948.

MELLO JR., Manoel Osvaldo. **Porto a pique**: atividade portuária em Florianópolis entre 1930 e 1973. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PELUSO JR., Victor. A Ilha de Santa Catarina no último quartel do século XX [anexo]. In: VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – a Ilha**. Florianópolis: loesc, 1984. p. 227-241.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes; BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski; SOUZA, Sara Regina Silveira de. **A Fábrica de Pontas “Rita Maria”**: um estudo de arqueologia industrial. Florianópolis: Edeme, [1981].

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Patrimônio industrial. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: Ed. da Unicamp, 2020. p. 233-236.

SANTA CATARINA: revista de propaganda do Estado e dos Municípios. Florianópolis: Governo do Estado, n. 1, 1939. Ed. fac-sim. 2002.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele R. de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.

SCHOELLER, Ana. Novo empreendimento em Florianópolis traz “vida” para entornos da ponte; entenda. **NDMais**, 10 nov. 2022. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/novo-empreendimento-em-florianopolis-traz-vida-para-entornos-da-ponte-entenda/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, e255310, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zK7BLX6XmXMX5QnZFhLbRBS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2024.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006.

SOUZA, Alcídio Mafra de. **Guia dos bens tombados – Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1992.

SOUZA, Jéssica Duarte de. Trabalho e moradia: os significados de cidadania no cotidiano das relações de trabalho em Florianópolis na redemocratização (1945-1950). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., Brasília-DF, 2017. **Anais** [...]. Brasília: UNB, 2017. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953099_fec01aaf2f0a3bcc47b996c551d5026e.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

SOUZA, Jéssica Duarte de. **Trabalho e raça**: perfil dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas Rita Maria no Pós-Abolição (Florianópolis, 1894-1930). 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

TICCIH – THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial (julho de 2003)**. Disponível em: <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – a Ilha**. Florianópolis: loesc, 1984.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. 2. ed. rev. ampl. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

VOIGT, Lucas. **Memória e consagração social: as estratégias de elites empresariais “alemãs” no sul do Brasil**. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.